

Universidade em reforma

University under reformation

Ricardo Rossato*

Resumo

A universidade brasileira, apesar de sua curta história, viveu intensos processos internos tencionada entre movimentos reformadores e conservadores. No momento em que se prepara mais uma reforma universitária no Brasil, muitas questões são colocadas. Neste artigo, após uma recuperação histórica da legislação e das principais reformas do ensino superior, especialmente a do ano de 1968, são levantados alguns pontos fundamentais que deverão estar presentes nas reflexões em um projeto consistente de reforma universitária visando responder às grandes questões nacionais.

Palavras-chaves: educação superior, reforma universitária, universidade.

A universidade reformanda

Apesar de relativamente jovem, a universidade brasileira tem sido alvo de reformas freqüentes. A instabilidade política do país e a descontinuidade dos planos econômicos e sociais têm apresentado reflexos diretos nas instituições educacionais, levando a que mudanças incidam diretamente nesse setor. A educação tem aparecido como uma variável dependente tanto do sistema geral como da economia mais diretamente, sendo colocada a serviço de interesses diversos, sem ter ocupado até os dias de hoje a posição que seria desejável. As políticas conduzidas ora fizeram da universidade um portavoz ideológico, ora um instrumento de negociação para acalmar os interesses das classes dominantes que nela buscavam uma formadora de mão-de-obra de baixo custo para a indústria

* Doutor em Demografia pela Université de Paris – (Pantheon - Sorbone). Professor e pesquisador no Programa de Pós-Graduação em Educação da UPF. E-mail: rossato@starmail.com.

ou para outros setores da economia. Em raros momentos da vida nacional apareceu a educação como algo considerado em si.

A partir do momento em que, no início de 2003, assumiu um governo com uma outra concepção e que tem outras prioridades, abrem-se novas perspectivas e imediatamente é anunciada, entre as reformas prioritárias a serem implantadas, a da universidade.

No presente artigo, pretendo, com base numa perspectiva histórica, analisar a atual conjuntura do ensino superior brasileiro, recuperando sinteticamente o passado recente, para abordar alguns pontos essenciais que deverão estar presentes necessariamente na reforma que se anuncia. Essa contextualização visa à compreensão da atual conjuntura: que universidade reformar? Que herança recebemos? Ou ainda: quais problemas enfrentar? Busco contribuir para o debate oferecendo subsídios a respeito do tema.

O texto está fundamentado em artigos ou livros relativamente abundantes produzidos sobre o assunto pela academia brasileira, bem como utilizando os estudos produzidos pela Unesco na Conferência Mundial sobre a Educação Superior, em 1998.

Relendo a história

Fruto de um longo processo colonial, a universidade brasileira, de maneira continuada, surgiria somente no século XX, quando já se notavam fortes sintomas de esgotamento do mo-

delo centralizador e conservador da Velha República, na década de 1920. Durante o período colonial, contrariamente à metrópole espanhola, que não somente facilitava como estimulava a implantação de universidades nos territórios da América Latina, Portugal resistiu longamente, temendo o despertar de uma consciência que pudesse levar à autonomia da colônia. Dessa forma, durante os mais de três séculos de governos gerais, capitanias ou vice-reino, as instituições que mais se aproximavam das universidades de então eram os colégios dos jesuítas espalhados ao longo da costa. Com a expulsão dos membros da ordem em 1759, desmantelou-se o que havia de ensino organizado na colônia, permanecendo este quadro até a independência. A criação das primeiras instituições de ensino superior isoladas, quando da vinda da família real, após 1808, não alterou esse panorama.

Na constituinte de 1823, as questões de educação permaneceram em segundo plano e ocuparam pouco espaço nas discussões, como mostra Chizzotti (1996, p. 30-53). Tanto no Primeiro como no Segundo Império, a criação de faculdades, institutos, cátedras isoladas não modificou o panorama. A educação de nível superior em pouco diferia do contexto de anarquia oficial do ensino vivido ao longo do século XIX. A proclamação da República não favoreceu em nada a mudança do quadro anterior, uma vez que os positivistas de então viam a universidade como uma instituição católica, medie-

val e corporativa e se opunham à sua implantação.

A universidade brasileira, finalmente, seria implantada, após inúmeras tentativas, no início da década de 1920, tendo sido precedida por universidades passageiras criadas anteriormente em Manaus, São Paulo e Curitiba, como destaca Cunha em sua conhecida obra *a Universidade temporã* (CUNHA, 1986). O Brasil foi o último país do mundo dentre os de médio ou grande porte, ou de importância econômica, geográfica ou demográfica, a implantar a universidade (ROSSATO, 1998). A década de 1920 assistiu a intensas reformas na educação de primeiro e segundo grau, impulsionadas, em grande parte, pelos movimentos que levaram à criação da Associação Brasileira de Educação. Contudo, em nível de ensino superior, apesar da criação da Universidade de Minas Gerais, as repercussões foram menos intensas. Somente com a ascensão de Vargas ao poder, em 1930, seriam registradas medidas mais efetivas a ponto de se falar de reformas mais profundas, criando o regime e implantando o primeiro estatuto da universidade brasileira.

O Estatuto da Universidade Brasileira: 1931

Uma vez no poder, Vargas criou o Ministério dos Negócios de Educação e Saúde Pública e entregou-o a Francisco Campos, profundamente ligado

ao grupo da Escola Nova, que praticamente conduziu reformas em todo o país em nível de primeiro e segundo graus na década anterior. As universidades criadas até então constituíam um agregado de faculdades ou escolas isoladas sem organicidade e funcionavam sem que houvesse um regime universitário que desse foros de legitimidade a esse nível de ensino.

No bojo de outras reformas da educação, o decreto nº 19 851, de 11 de abril de 1931, estabeleceu as normas para a educação superior e criou o Estatuto das Universidades Brasileiras. Fixou como finalidades da educação superior: “Elevar o nível da cultura geral, estimular a investigação científica em quaisquer domínios do conhecimento humanos; habilitar ao exercício de habilidades que requerem preparo técnico e científico superior; concorrer, em fim, pela educação do indivíduo e da coletividade, pela harmonia de objetivos entre professores e estudantes, e pelo aproveitamento de todas as atividades universitárias, para a grandeza da Nação e para o aperfeiçoamento da Humanidade” (ROMANELLI, 1978, p. 133).

Observa-se claramente, pelos objetivos propostos, a visão distorcida do papel da universidade, identificada como formadora de mão-de-obra, predominando claramente o caráter profissionalizante. O decreto previa os órgãos e funções básicas, como a instalação da Reitoria, do Conselho Universitário, a Assembléia Universitária e direção de cada Escola. Foram criadas e definidas as categorias do corpo do-

cente, com as figuras do catedrático, do auxiliar de ensino e dos livres-docentes. Os cursos eram divididos em cursos do currículo normal, cursos equiparados, de aperfeiçoamento e de especialização (ROMANELLI, 1978, p. 134).

Entretanto, a autonomia de cada escola inviabilizava uma estrutura mais orgânica de toda a instituição. Cada escola dependia diretamente do Ministério da Educação. Além de outras medidas, ficava determinado que, para constituir uma universidade, eram necessários, ao menos, três dos seguintes cursos: Medicina, Direito, Engenharia e Educação. Também em 1931, pelo decreto nº 19 850, de 11 de abril, era criado o Conselho Nacional de Educação, órgão máximo regulador da educação no país.

Na sua totalidade, a estrutura da universidade denotava um acentuado caráter aristocrático, transplantando, segundo Romanelli, para dentro da universidade as relações sociopolíticas características do coronelismo, vigentes na sociedade de então (ROMANELLI, 1978, p. 134). Dos diferentes documentos que preparam e constituem a universidade, deduz-se que era destinada à formação de “nossas elites”, de “cuja inteligente solução dependerá o futuro de nossas instituições políticas”. Por isso mesmo, afirma Marcondes de Moraes, “deveria operar também como centro difusor da ideologia” (MORAES, 2000, p. 224).

A universidade inseria-se entre as idéias centrais do “programa de reconstrução nacional” de Getúlio Var-

gas. As constituições de 1934 e 1937, especialmente, atingiriam diretamente a universidade, submetendo-a, como as demais instituições públicas, aos interesses do regime, já com Gustavo Capanema no Ministério da Educação.

Após a turbulência do período autoritário do Estado Novo, com o retorno à normalidade e a proclamação da nova Constituição em 1946, ficou definido que cabia à União deliberar sobre as leis de diretrizes e bases da educação nacional (art. 5º, item XV, letra D) e se estabeleceu que o Executivo encaminharia projeto nesse sentido ao Congresso Nacional. Esse seria o embate da década de 1950.

A primeira LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

Os ideais tipicamente liberais dos constituintes de 1946 foram gradativamente sendo amordaçados e abafados pelos setores mais conservadores, localizados especialmente no Partido Social Democrático e na União Democrática Nacional. Dessa forma, somente 13 anos depois de enviada ao Congresso Nacional, muito descaracterizada, era votada em 1961 a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 4 024, e sancionada no dia 20 de dezembro daquele ano. Em relação ao ensino superior, foi mantida a mesma estrutura já anteriormente consagrada; já o Conselho Nacional de Educação foi substituído

pelo Conselho Federal de Educação.

Essa lei inspirou reações as mais diversas, encontrou defensores fanáticos e opositores ferrenhos. Pode-se afirmar que os vetos postos pelo presidente no momento da sanção demonstram as contrariedades do governo em assumir a nova lei. A evolução social comprovou que, efetivamente, “foi a oportunidade que a nação perdeu de criar um modelo de sistema educacional que pudesse inserir-se no sistema geral de produção do país, em consonância com os progressos sociais já alcançados. Ocorreu, porém, que as heranças, não só culturais, como também as das formas de atuação política, foram suficientemente fortes para impedir que se criasse o sistema de que carecíamos” (ROMANELLI, 1978, p. 183).

O cenário nacional já se apresentava fortemente conflituado, prenunciando os eventos de 1964, esses, sim, que desencadeariam profundas mudanças, atingindo a medula da universidade. Antes, porém, uma experiência emergente merece uma menção.

Brasília: a experiência abortada

Durante o breve período da presidência de João Goulart, respirava-se um clima de maior liberdade, embora constantemente ameaçado de interrupção, o que permitiu que a recém-criada Universidade de Brasília fosse implantada no Distrito Federal.

Planejada pela intelectualidade brasileira teve à frente no seu processo de implantação Darcy Ribeiro, que, com os demais, concebera uma universidade para responder aos problemas nacionais e estruturada dentro do que se julgava ser uma universidade para responder aos anseios nacionais. No contexto de então, procurava-se instaurar um modelo de universidade brasileira dada a precariedade da rede nacional (RIBEIRO, 1960, p. 35).

Entre os objetivos centrais destacava-se a formação de quadros para a administração nacional (RIBEIRO, 1960, p. 42) e para o assessoramento em todos os ramos do saber. Implantava-se o departamento como célula básica, bem como os institutos, as faculdades (RIBEIRO, 1968). Contudo, a questão central foi o fato de a universidade de Brasília ter se constituído num centro de pensamento autônomo num contexto em que se desejava uma instituição dependente, especialmente para os presidentes militares, que nela intervieram imediatamente logo que chegaram ao poder e tomaram atitudes de repressão exemplares para as demais do país.

1968: a universidade calada

As ações dos militares, instalados no poder através de um golpe, em 1º de abril de 1964, repercutiram sobre toda a ordem, implantando-se um regime de exceção para redirecionar a na-

ção e reenquadrá-la integralmente no sistema capitalista, que, aliás, jamais estivera ameaçado.

Iniciou-se, então, o projeto da modernização conservadora. Por meio de um modelo concentrador de renda nas mãos dos grupos industriais, lançou-se o país rumo à modernização econômica com um profundo arrocho social, que passou pelo fechamento de sindicatos, associações, órgãos de representação e um realinhamento ideológico. Isso desembocaria rapidamente na educação, pois o “desenvolvimento com segurança”, lema de então, preparara um aparelho repressivo que chegaria a todos os setores da sociedade e, portanto, atingiria em cheio a educação, acusada de ser formadora e fomentadora de ideologias opostas aos interesses nacionais. O realinhamento político e econômico passava, necessariamente, pelo realinhamento ideológico e social e, portanto, pela universidade.

Dois acontecimentos dentre outros precipitaram a reforma universitária de então: os movimentos da juventude estudantil em diversas partes do mundo e, internamente, o problema dos excedentes.

O ano de 1968, por uma série de fatores, terminou por marcar profundamente o período recente, não só da universidade como do próprio Ocidente: a Primavera de Praga, que esboçava uma maior liberdade dentro do bloco socialista, a morte de Robert Kennedy, favorito às eleições dos Estados Unidos daquele ano e, ainda, no mesmo país, o assassinato de Martin Luther King, mas, de modo muito in-

tenso, o que se convencionou denominar “maio de 68”, com intensas manifestações estudantis em vários países do Ocidente.

Simultaneamente, no início do ano, em diversos países do velho continente europeu e do novo continente, estudantes mobilizaram-se e reivindicaram mudanças radicais não somente na fechada e tradicional universidade, mas em toda a sociedade, buscando uma abertura social e a sua reestruturação. Os antigos padrões não somente eram questionados, mas radicalmente negados. O movimento mais simbólico e de maior repercussão foi, sem dúvida, o dos estudantes parisienses, que chegou a colocar em risco o próprio governo. Seus *slogans* eram suficientemente claros: “Sejamos razoáveis, peçamos o impossível”, ou “Todo o poder à imaginação”, ou, ainda, como escreveu uma mão anônima nos muros do teatro Odéon: “Põe tuas idéias em coisas que nunca pensaste, põe teus passos em caminhos onde nunca andaste”. Por sua vez, os italianos não menos agressivamente, clamavam: “Tutto e subito” (Tudo e já!).

Os distantes ideais dos jovens europeus repercutiam profundamente entre as lideranças estudantis brasileiras, que lutavam contra uma ditadura que governava através de atos institucionais e suprimira as liberdades mais elementares.

Internamente, o problema dos excedentes do vestibular de 68 servia para agudizar a situação. Os estudantes exigiam medidas imediatas e pres-

sionavam intensamente angariando progressivamente simpatias de amplos setores sociais. Buscou-se, então, como uma saída emergencial por meio de acordos culturais, especialmente com Portugal, que vivia sob a ditadura de Oliveira Salazar, enviar estudantes para realizar seus cursos de graduação no exterior. Tratava-se de solução emergencial e pretendia-se uma solução definitiva antes que o problema se repetisse no ano seguinte.

Episódios como a morte de Edson Luiz, estudante universitário, no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, desencadearam intensas reações mesmo em setores muito conservadores. Carlos Lacerda um fiel porta-voz deles, condenou a forma como o governo tratava os estudantes: “É inaceitável que o Exército trate os estudantes como uma horda de bandidos” (VENTURA, 1988, p. 107). Antes do final de 1968 era decretado o AI 5 e estava implantada a reforma universitária com a lei nº 5 540.

A reforma pelo alto

Embora estivesse sendo preparada há mais tempo, o período final foi acelerado para contemplar os interesses imediatos do governo, que temia pela sua desestabilização, revelando grande fragilidade. A reforma esteve fundamentada basicamente em três relatórios encomendados pelo governo central: o relatório Atcon, o relatório Meira Mattos e o relatório do Grupo de Trabalho.

O primeiro foi preparado pelo professor Rudof Atcon, que, a convite do governo brasileiro, retornava ao país e em 120 dias fez uma proposta de reforma para a universidade brasileira.

A tarefa da reforma da universidade nacional foi entregue àqueles que não somente veiculavam os interesses do governo, mas do próprio sistema. O relatório destacou a necessidade de expansão da educação superior a partir de alguns critérios básicos, merecendo destaque o alinhamento ideológico, a estrutura interna e a visão de que a “universidade é a legítima formadora do pensamento da comunidade, no espiritual, moral, intelectual e econômico. Desse modo, é a modeladora do porvir da sociedade” (ROSSATO, 1995, p. 10). Destacava ainda a formação do espírito cívico (p. 11), além de condenar a política de gratuidade da educação superior nas instituições federais, denominada de “política salarial suicida” (p. 58). Propunha a departamentalização e um sistema administrativo verticalizado com forte centralização na figura do reitor, tomando por modelo a empresa: “Um planejamento dirigido à reforma administrativa da universidade brasileira, no meu entender, tem que se dirigir ao propósito de implantar um sistema administrativo tipo empresa privada e não de serviço público” (p. 60).

Definiam-se, pois, o modelo ideológico, o modelo econômico e o modelo administrativo com base em princípios claramente alinhados à teoria do capital humano, então em voga e importada pelas autoridades nacio-

nais. O relatório continha ainda outras recomendações, como a criação de um conselho de reitores das universidades brasileiras, sugestão que foi rapidamente acolhida e implantada, sendo o professor Atcon seu primeiro secretário.

Um outro relatório que serviu de base para a implantação da reforma foi preparado por uma comissão criada pelo decreto nº 62 024, de 29 de dezembro de 1967, e presidida pelo general da Brigada, Carlos Meira Mattos, o mesmo que comandou as tropas brasileiras enviadas à República Dominicana, a pedido dos Estados Unidos, para reprimir movimentos libertadores naquele país. Também faziam parte da comissão um coronel, um professor de direito, um promotor e o diretor-geral do Departamento Nacional de Educação. A comissão entregou seu relatório em 89 dias. Todo o texto do relatório demonstra claramente o caráter disciplinador da comissão, bem como o seu forte conteúdo ideológico, atacando a questão da liberdade, problema que aparece reiteradamente no texto, segundo os autores, por falência da autoridade, que deveria ser restaurada.

O relatório abordava imediatamente uma questão candente, que era o problema dos excedentes no vestibular, bem como a questão do restaurante universitário Calabouço. A comissão somente visitou a Universidade Federal do Rio de Janeiro e manteve contato com várias autoridades, porém os trabalhos praticamente foram desenvolvidos internamente. Em grandes linhas, o documento destaca o caráter

da instrumentalidade da educação (ROSSATO, 1994, p. 14-15), a crise de autoridade no sistema educacional, conceito equívoco e injustificável do que seja liberdade de cátedra, inexistência de uma autêntica liderança estudantil, ausência de fiscalização das universidades, inadequação da estrutura do MEC.

A comissão recomendou uma aguda centralização do processo de decisões no Ministério da Educação, com diminuição dos poderes do Conselho Federal de Educação e da autonomia das universidades. Para enfrentar o problema da liberdade de cátedra, destacava a “necessidade de fortalecer-se o princípio da autoridade no sistema educacional” (p. 24). Em última instância, propunha a supressão de tal liberdade. Em termos de currículo, propunha a criação de grandes áreas do conhecimento a fim de concentrar todos os recursos, descaracterizando completamente determinados campos do conhecimento (p. 27). Recomendava a cobrança de taxas (p. 11); a gratuidade do ensino era analisada como utopia ou má fé num país de economia fraca como o Brasil (p. 28).

Para solucionar o problema dos excedentes recomendava o vestibular unificado “por campo do conhecimento, possibilitando o aproveitamento de todas as vagas existentes por parte dos aprovados por meio de um esquema de opções por eles próprios aceitos” (p. 29-30). Também era recomendada a implantação do ciclo básico, além de fazer intensas críticas aos professores que dedicavam menos tempo do que o

previsto nos contratos às atividades acadêmicas. Por fim, além da insistência na implantação do sistema de créditos, enfatizava a criação de uma “cultura comum, voltada para o futuro da tecnologia e da ciência, e que nos identifique como Nação e como povo” (p. 30). Tal era a importância atribuída à educação que era vista como “o principal desafio de nossa época” (p. 40).

Trata-se, sem sombra de dúvidas, do mais autoritário e do menos acadêmico dos documentos recentes que tratam da reforma da educação superior brasileira. Torna-se um verdadeiro enquadramento da educação aos interesses políticos e econômicos dos militares no poder e submissos aos grupos hegemônicos internacionais.

Os acontecimentos internos e externos precipitaram, mais uma vez, a atuação do governo dependente e subalterno, que criou, em 2 de julho de 1968, também através de um novo decreto lei, fórmula corrente então, um “grupo de trabalho” para, no “prazo de 30 dias, a contar de sua instalação, para apresentar seus estudos e projetos. Em face da limitação de tempo e da magnitude da tarefa o grupo funcionou em regime de tempo integral” (BRASIL, 1983, p. 10). Treze membros compunham o grupo, dentre os quais merecem menção os professores Valmir Chagas, Roque Spencer Maciel de Barros, Newton Sucupira, Fernando Bastos de Ávila além de João Paulo dos Reis Veloso, bem como dois estudantes que, como forma de protesto, nunca compareceram às sessões.

Trata-se, sem dúvida, do documento mais sério e consolidado, apesar da

pressa e da precariedade, o que não o isenta de atender às condições e interesses de toda a ordem, impostos pelos militares. Contudo, ao menos se trata de um grupo que sabe o que está analisando. Percorre toda a estrutura da universidade, analisando os seus problemas e termina com um anteprojeto de lei geral sobre o funcionamento do ensino superior, além de anteprojetos de leis especiais e anteprojetos de decretos (p. 3).

Após considerações gerais, reconhece que a reforma “tem objetivos práticos e tende a conferir ao sistema universitário uma espécie de racionalidade instrumental, em termos de eficiência técnico-profissional que tem por consequência o aumento da produtividade dos sistemas econômicos” (p. 20). O grupo procura, além de uma estrutura com limitada participação docente, estabelecer as grandes linhas da “filosofia do magistério universitário” (p. 35), além de soluções imediatas para “evitar, em 1969, a repetição ou agravamento do problema dos *excedentes* principalmente nas áreas prioritárias para o desenvolvimento econômico e social” (p. 50). Manifesta interesse em tirar o máximo proveito da capacidade instalada.

Entre os pontos que merecem destaque está a recomendação da criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, expansão do sistema universitário, implantação do regime de tempo integral nas universidades da “operação-produtividade”. No referente aos currículos, propõe a implantação de carreiras com currículos curtos para economia de recur-

sos e tempo; sugere rigoroso controle dos financiamentos públicos, além da não-abertura de novos hospitais de clínicas. Os pontos principais estão contemplados no projeto de lei do final do relatório do grupo de trabalho.

A partir dos relatórios descritos, elaborou-se a lei nº 5 540, de 28 de novembro de 1968, completada logo em seguida pelo ato institucional nº 5, de 13 de dezembro do mesmo ano, e pelos decretos leis nº 464 e nº 477, de fevereiro de 1969. Vivia-se, então, o auge da repressão, sendo dado “o golpe de misericórdia na ideologia do nacionalismo desenvolvimentista que deixou o cenário político brasileiro passando a fazer parte de sua história” (SAVIANI, 1983, p. 147).

No que se refere ao período posterior, as universidades foram submetidas a um rigoroso controle do governo, impedindo o surgimento de qualquer movimento que pudesse abalar o sistema interno. Implantou-se um sistema de centralização rígido e limitou-se a expansão da educação pública. O crescimento deu-se através das instituições privadas e, notadamente, pelas instituições isoladas, aceitas excepcionalmente na lei, conduzindo a que “a exceção se transformasse em regra” (VAHL, 1980, p. 96). O governo, carente de qualquer apoio popular, aliou-se à classe média, que sofria agudamente com a concentração de renda imposta pelo modelo econômico, e, em troca da perda de seu *status* social, ofereceu um diploma de nível superior, que podia ser facilmente adquirido com a expansão descontrolada da educação,

acarretando o fenômeno designado por Oliven de “paroquialização do ensino superior” (OLIVEN, 1990).

A educação superior, assim, chegou às cidades médias e até de pequeno porte, sem, contudo, preservar o seu principal patrimônio, a qualidade, colocada à mercê dos grupos econômicos cada vez mais interessados nesse mercado emergente. Apesar de todas as resistências, a lei nº 5 540 sobreviveu até 1996.

Duas frustrações: a constituição de 1988 e a LDB de 1996

Após os duros anos do regime militar, as pressões populares, os movimentos organizados, as instituições nacionais lutaram pelo restabelecimento da normalidade política nacional. A segunda metade da década de 1980 abriu imensas esperanças.

Com a abertura conquistada, surgiram artigos, livros; renasceram ou foram criados sindicatos, partidos políticos, associações; retomaram-se antigas e novas lutas em prol de uma sociedade livre, com um mínimo de participação eleitoral. A primeira grande bandeira desfraldada foi o movimento das “Diretas Já”, que, em 1984, tinha por objetivo o restabelecimento das eleições diretas para presidente da República. Apesar da intensa mobilização nacional, a emenda foi rejeitada, gerando um clima de desânimo em todo o país.

Entretanto, aproveitando o momento favorável, os líderes políticos conseguiram, mesmo via indireta, a eleição de um governo comprometido com a abertura do sistema, o que se configurou no compromisso da convocação de uma Assembléia Constituinte. Apesar das limitações desta, com a presença de senadores biônicos e uma constituinte não exclusiva, abriram-se amplas esperanças para toda a sociedade.

A educação, que fora um dos setores mais atingidos, retomou, então, suas lutas. Contudo, as perspectivas surgidas no início rapidamente vão sendo cerceadas à medida que os setores mais conservadores conseguem evitar qualquer compromisso com uma educação pública e de qualidade para todos. A primeira decepção traduz nos vagos compromissos sinalizados na Constituição de 5 de outubro de 1988. Os avanços foram extremamente limitados e as esperanças foram transferidas para a nova Lei de Diretrizes e Bases, que, segundo a Constituição, deveria ser elaborada pelo Congresso Nacional.

Em outubro de 1988, começaria uma nova batalha pela educação: a luta pela nova LDBEN, que seria, pois, discutida no Congresso Nacional. Amplamente mobilizados, os educadores conseguiram levar a discussão da lei a praticamente toda a sociedade. Todavia, é de todos conhecido o desfecho com a aprovação da lei nº 9 394/96, frustrando oito anos de esperança. Mais uma vez foram adiadas as expectativas de uma lei que contemplasse

as necessidades nacionais e não deixasse a educação à mercê de interesses mercantis dos neoliberais, preocupados em usufruir economicamente de um setor onde o poder público gradativamente se retirava ou se omitia. No final, aprovou-se uma lei, segundo Saviani, minimalista e que correspondia à política educacional neoliberal (SAVIANI, 1997).

Os dispositivos em relação à educação superior configuram claramente as posições do governo de então e assiste-se imediatamente a uma proliferação descontrolada de cursos, instituições e matrículas. Os problemas se fazem sentir e os educadores, mais uma vez, transferem suas lutas para os partidos do campo popular na perspectiva de uma vitória adiada em 1998, mas atingida em 2002.

Reforma universitária: temas e projetos em debate

Com a eleição do presidente Luis Inácio Lula da Silva, pela primeira vez na história da República, chegava ao poder um partido político caracterizadamente de esquerda e que, durante a campanha, prometera mudanças profundas em todos os setores. A nomeação do ex-reitor da Universidade de Brasília, Cristóvam Ricardo Cavalcanti Buarque, contemplou as expectativas de mudanças de rumo na política educacional do país.

O novo ministro imediatamente tomou medidas visando especialmente o ensino superior, promovendo eventos

preparatórios para uma reforma deste nível. Merecem destaque dois acontecimentos organizados pelo ministério com participação de autoridades e especialistas nacionais e internacionais: Seminário “Universidade: por que e como reformar?” e “Seminário Internacional: Universidade XXI”. Ambos ocorreram em 2003.

No início do ano de 2004, no bojo de uma reforma ministerial, o ministro da Educação foi substituído, tendo assumido Tarso Genro, que desde o primeiro momento se comprometeu com a realização de uma ampla reforma universitária. Atualmente, estão em curso debates, conferências, audiências, tendo sido instituído um grupo central para coordenar o processo e preparar um projeto de lei que deverá ser encaminhada até novembro ao Congresso Nacional.

Nesse contexto, pretendo colocar alguns pontos que, penso, deveriam estar presentes na reforma:

1 Uma reforma para todas as universidades: O sistema brasileiro diversificou-se ao longo do tempo, tendo constituído uma pluralidade de modelos dentro da diversidade regional e da diversidade de culturas no amplo território nacional. Portanto, uma reforma deve abranger este espectro sob o risco de tornar-se inócua. Até o presente, tem sido dada maior ênfase ao sistema das instituições federais de ensino superior. Embora se reconheça o papel fundamental que tais universidades exercem, o fato de a grande maioria das matrículas nesse nível estarem em instituições particulares

não pode ser desconsiderado. Outro aspecto que necessariamente deverá ser contemplado diz respeito às instituições não universitárias, em relação às quais um controle da sua expansão e do seu desenvolvimento torna-se inadiável. Após o crescimento descontrolado dos últimos anos, especialmente a partir de 1998, torna-se premente uma política oficial que abranja todo o sistema.

2 Preservação da função primordial da universidade: a produção do conhecimento: Fruto de um sistema econômico que incorporou durante décadas as inovações importadas sem critério, a universidade brasileira não produziu a ciência e o conhecimento que dela se esperavam. A pesquisa foi desenvolvida, durante longo tempo, somente em pequenos institutos ou unidades, tendo sido somente recentemente institucionalizada nas universidades. Esse problema fez com que se consolidasse um sistema dependente em praticamente todos os setores da vida nacional.

3 Ampliação com qualidade: Os baixos indicadores nacionais em comparação com outros países, mesmo dentro da América Latina, preocupavam constantemente as autoridades governamentais. Para enfrentar a situação, ao invés de debelar o problema priorizando efetivamente a educação, as políticas públicas conseguiram, através de ações profundamente questionáveis, uma melhora estatística. Essa fórmula acabou por afetar profundamente as instituições, atingindo diretamente a qualidade do ensino,

cujo péssimo desempenho se manifestou em pesquisas conduzidas por organismos internacionais. A reforma em preparação, necessariamente, deverá atacar o problema, caso contrário, ao invés de solução somente se agravará a situação. Em nível de pós-graduação, notadamente em relação às especializações, medidas urgentes se impõem.

4 Construção de uma identidade nacional: O longo período colonial, que teve continuidade com um império omissor e escravocrata, levou a um *ethos* de dependência ora da cultura francesa, ora da cultura européia de um modo geral e, mais recentemente, da cultura americana. Dessa forma, não se desenvolveu um pensamento nacional voltado para a solução dos problemas brasileiros a partir das instituições universitárias. Movimentos nesse sentido foram prontamente abafados, impedindo que se constituísse uma visão que fizesse com que as universidades se voltassem à solução dos problemas nacionais. A importação dos próprios modelos universitários, sofrendo influências dos resquícios do positivismo, retardou esse processo. Torna-se fundamental rever essa posição e focar a realidade a partir das nossas necessidades. Uma universidade que, respeitadas as suas idiossincrasias e sua história, assumas as contribuições internacionais, mas volte-se para o contexto brasileiro, sem aceitar a dependência científica e tecnológica.

5 Ressignificar as humanidades: As humanidades, isto é, o conjunto dos

conhecimentos a respeito do homem, foram relegadas a um papel secundário, especialmente a partir do período militar, o qual temia que servissem para uma maior conscientização da população, conduzindo a que rejeitasse os modelos políticos e econômicos assumidos pelas elites brasileiras. As chamadas “ciências humanas” foram reduzidas a uma área de conhecimento e deixaram de ser o elemento informador e formador de todo o universitário. Na atual conjuntura, podem-se formar médicos, agrônomos, odontólogos ou economistas ou qualquer outro profissional que jamais tenha tomado conhecimento dos direitos humanos, por exemplo, ou que jamais tenha ouvido falar da realidade social de seu país. Isso tem levado a que muitos profissionais tenham voltado suas costas às questões nacionais e não tenham noções básicas da história humana e da própria constituição da humanidade, pois jamais tiveram os elementos básicos de antropologia, sociologia, filosofia, psicologia etc. Tal situação precisa ser revertida sob o risco de formarmos profissionais que atuem contra o homem e perpetuem uma situação de desigualdade social como a existente atualmente no país.

6 Um amplo diálogo nacional e internacional: Após os episódios analisados relativos à Lei de Diretrizes e Bases ou da Constituinte, seria uma grande frustração termos mais uma reforma pelo alto. A história tem demonstrado, sobejamente, que tal reforma jamais seria aceita; pelo contrário,

geraria uma rejeição exatamente por parte daqueles que deveriam implementá-la: os professores. Em nível nacional já se construiu uma base sólida de conhecimento e experiências que podem contribuir de maneira decisiva para o desenvolvimento de uma reforma que contemple a pluralidade de pensamento e de situações. O modelo importado tem servido aos interesses dos países hegemônicos; torna-se, pois, fundamental plantar novos alicerces para responder aos problemas emergentes do século XXI, a partir das contribuições internacionais, mas baseados numa autonomia de pensamento. Amplo setor da sociedade brasileira, tradicionalmente relegado e marginalizado, tem a sua palavra a dizer na construção de um projeto de universidade para o nosso país.

Considerações finais

Muitos outros pontos mereceriam ser abordados, como o acesso à universidade, a democratização interna, a estrutura das universidades, os modelos, a autonomia etc. Propositadamente, centrei a análise nas questões expostas, pois as demais estarão, necessariamente, presentes no projeto de reforma universitária que está sendo discutido.

A reforma universitária inserida no contexto social tem custo extremamente baixo se comparada com as demais. Pela primeira vez, coloca-se claramente a possibilidade de prioridade na pauta do governo. Mais um

adiamento constituiria um retrocesso histórico e a manutenção de uma estrutura montada para atender a interesses externos. Quando a universidade brasileira se aproxima do ano em que completará um século de existência, é lícito depositar esperanças de que esta instituição esteja presente na construção do futuro e seja colocada no limiar de uma sociedade mais justa e digna que se espera seja implantada.

Abstract

The text deals with the lecture given at the Federal University of Santa Maria, and it approaches several aspects of the ongoing university reformation in Brazil. It starts with the university context and it advances to the discussion of the main challenges which the reformation has to tackle. It points out the market interest regarding education, the weakening role of the State, and the need of new relationships between the State and society. The “university of results”, as well as the “operational university” were not able to face the challenges of the Brazilian society. The reformation needs to deepen the access to and permanence criteria at higher education, the building of new public-private relationships, the warranty of academic quality, the definition of evaluation policies, and a new project of nationhood. In this process, it is indispensable to discuss the financing and autonomy of the university in the

production of knowledge and its socialization, in science freedom, in overcoming immediacy pragmatism, in management autonomy as well as in the building of a project of nationhood and of a democratic society.

Key-words: higher education, university reformation, university.

Referências

- BRASIL Ministério da Educação e Cultura. *Reforma universitária: relatório do grupo de trabalho*. 3. ed. Brasília: MEC, 1983.
- CHIZZOTTI, Antônio. A Constituinte de 1823 e a educação. In: FÁVERO, Osmar. *A educação nas constituintes brasileiras*. Campinas: Autores Associados, 1996. p. 30-35.
- CUNHA, Luiz Antônio R. *A universidade temporã*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.
- MORAES, Maria Célia Marcondes de. *Reformas de ensino, modernização administrada*. Florianópolis: Ufsc, 2000.
- OLIVEN, Arabela Campos. *Paroquialização do ensino superior*. Petrópolis: Vozes, 1990.
- RIBEIRO, Darcy. *A universidade de Brasília*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1960.
- _____. *A universidade necessária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. *História da educação no Brasil 1930-1973*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- ROSSATO, Ricardo. *A universidade submetida: o relatório Meira Mattos*. Santa Maria: UFSM, Cadernos de Pesquisa, Curso de Pós-graduação em educação, 1994.
- _____. *A universidade transplantada: o relatório Atcon*. Santa Maria: Ufsm, 1995.
- _____. *A universidade submetida: o relatório Meira Mattos*. Santa Maria: UFSM, Cadernos de Pesquisa, Curso de Pós-graduação em educação, 1994.
- _____. *Universidade: nove séculos de história*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.
- SAVIANI, Dermeval. *Educação: do senso comum à consciência crítica*. 3. ed. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1983.
- _____. *A nova LDB: limites e perspectivas*. Campinas: Autores Associados, 1997.
- VAHL, Teodoro Rogério. *A privatização do ensino superior no Brasil*. Florianópolis: Lunardelli, 1980.
- VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.